

RECLAMAÇÃO Nº 39.320 - SP (2019/0342935-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECLAMANTE : MICHELE PETROSINO JUNIOR
RECLAMANTE : JOAO SURREICAO
ADVOGADO : MICHELE PETROSINO JÚNIOR - SP182845
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por MICHELE PETROSINO JUNIOR e outro objetivando garantir a autoridade da decisão proferida no REsp nº 1.134.186/RS assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS).

1.2. Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença.

1.3. Apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC.

2. Recurso especial provido."

(REsp 1.134.186/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/2011, DJe 21/10/2011)

Os reclamantes alegam que ingressaram com cumprimento individual de sentença coletiva, sendo rejeitada a impugnação apresentada pelo banco executado. Apesar disso, não houve condenação do banco ao pagamento de honorários advocatícios. Informam que o agravo de instrumento interposto contra essa decisão não foi provido pelo Tribunal de origem que, ao assim decidir, violou a tese acolhida no julgamento do REsp nº 1.134.186/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos.

Defendem que o depósito feito a título de garantia não se equipara ao pagamento voluntário.

Esclarecem que interpuseram recurso especial, que teve seu seguimento negado com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do Código de Processo Civil.

Requerem o deferimento de liminar para determinar a suspensão do AI nº

2093368-05.2018.8.26.0000/50000 perante o Tribunal de Justiça de São Paulo. No mérito, pleiteiam que seja acolhida a reclamação para determinar a condenação em definitivo do banco ao pagamento de honorários de sucumbência, com a determinação de cassação da decisão reclamada na parte em que contraria o julgado repetitivo.

É o relatório.

DECIDO.

De início, cumpre asseverar que "(...), embora a Lei n. 13.256, de 4 de fevereiro de 2016, tenha alterado o inciso IV do art. 988 para extirpar de seu texto a admissão da reclamação contra decisão contrária a precedente proferido em julgamento de casos repetitivos por este Tribunal Superior, o § 5º, II, desse dispositivo legal, dá ensejo ao seu ajuizamento em casos tais, desde que tenham sido esgotadas as instâncias ordinárias" (Rcl nº 35.894/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 23/5/2018).

Assim, esgotados os meios ordinários cabíveis, é possível a propositura de reclamação para a garantia de observância de precedente proferido em recurso especial representativo de controvérsia (AgInt na Rcl nº 36.130/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, DJe 16/10/2018).

A propósito, o enunciado nº 138 da II Jornada de Direito Processual Civil:

"É cabível reclamação contra acórdão que aplicou indevidamente tese jurídica firmada em acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, após o esgotamento das instâncias ordinárias, por analogia ao quanto previsto no art. 988, § 4º, do CPC."

No mais, a reclamação não merece acolhimento.

Com efeito, o cerne da controvérsia gira em torno do cabimento de honorários quando rejeitada a impugnação ao cumprimento individual de sentença coletiva ao entendimento de que o depósito foi feito a título de pagamento.

A tese acolhida no recurso repetitivo tem o seguinte teor:

"(...)

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS).

1.2. Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença.

1.3. Apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC."

No caso em análise, o Tribunal de origem afirmou expressamente a subsunção do caso ao entendimento proferido no julgado repetitivo, uma vez que havendo pagamento não é possível falar em condenação no pagamento de honorários.

Confira-se o seguinte excerto do acórdão reclamado:

"(...)

Consultando-se o processo, verifica-se haver sido o depósito de fls. 60 dos autos principais realizado dentro de prazo legal a que alude o art. 475-J do Código de Processo Civil/1973, aplicável à espécie, e esta situação não gera para o agravante direito à fixação de verba honorária, uma vez que, nesta circunstância, e considerando que se trata na hipótese de decisão proferida em incidente processual, não há na lei o que autorizasse a imposição daquele pagamento.

Neste sentido, cumpre destacar orientação posta no Recurso Especial repetitivo (REsp nº 1.134.186/RS), ao analisar a questão no âmbito do cumprimento de sentença então estabelecido no art. 475-J, do Código de Processo Civil/1973:

(...)

Isto se justifica, uma vez que deve se considerar a impugnação como incidente na fase de cumprimento de sentença e, tendo referida impugnação tal natureza jurídica, não haveria mesmo razão alguma para o estabelecimento de sucumbência, particularmente, verba honorária, pelo fato de sua rejeição.

Na atualidade, aliás, o art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil/2015, claramente determina que haja a condenação em honorários de advogado tão-somente para o caso de não ocorrer pagamento voluntário no prazo do caput, de aludida disposição, e basta isto para ver-se que, na situação do processo em análise, descabida era a supra aludida condenação.

Uma vez realizado tal depósito, não obstante os embargantes não tenham tido a possibilidade de levantar de imediato o respectivo montante, não pode ser retirada deste ato praticado pelo devedor a característica que tem de pagamento" (fls. 48/49, e-STJ).

Os reclamantes sustentam que o depósito efetuado nos autos não configura pagamento. É de se ver, porém, que essa matéria sequer foi objeto de análise no julgamento do REsp nº 1.134.186/RS .

Assim, a pretexto de garantir a observância do repetitivo, os reclamantes pretendem utilizar a reclamação como sucedâneo recursal, o que não é admitido por esta Corte.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. RESP 1.134.186/RS, JULGADO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. UTILIZAÇÃO DA VIA RECLAMATÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. No julgamento do REsp 1.134.186/RS sob o rito dos repetitivos, a Segunda Seção consagrou a tese de que são cabíveis honorários

advocatícios em fase de cumprimento de sentença, havendo ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, não sendo cabíveis quando rejeitada a impugnação ao cumprimento de sentença. E, ainda, que apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC.

2. No caso concreto, verifica-se que, sob o pretexto de visar à observância do acórdão proferido no julgamento do recurso especial repetitivo em tela, o objeto da presente reclamação é, em verdade, reformar a decisão que entendeu que o depósito efetuado nos autos configura o pagamento espontâneo do débito exequendo, o que não foi alvo de discussão naquele recurso representativo da controvérsia.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt na Rcl 38.314/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 17/9/2019, DJe 20/9/2019 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO.

I - Trata-se de agravo interno interposto contra monocrática que decidiu reclamação, na qual se aponta como reclamado o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Alegam, em síntese, que o acórdão proferido pela Corte Estadual no Agravo de Instrumento n. 2052614-21.2018.8.26.0000 afrontou a jurisprudência desta Corte, já reafirmada no julgamento do REsp n. 1.134.186/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC/73, segundo a qual são cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença após o transcurso do prazo previsto no art. 475-J do CPC/73, independentemente da apresentação de impugnação.

II - A concessão da tutela de urgência em reclamação, à vista do art. 188, II, do RISTJ, constitui medida extrema, somente admitida nos casos em que há clara demonstração do risco de dano iminente como decorrência do cumprimento do ato impugnado (AgRg na Rcl n. 3.861/SC, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 25/8/2010, DJe 3/9/2010; AgRg na Rcl n. 2.758/PR, Rel. Ministro Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 13/3/2008, DJe 10/4/2008.

III - Na hipótese destes autos, não estão atendidas as condições legais para a concessão da medida pleiteada, seja porque os argumentos pela suspensão do processo não se coadunam logicamente com alegação de "danos irremediáveis (...) haja vista a demora na solução do feito" (fl. 24), seja porque, como se verá a seguir, a via da reclamação, neste caso, não socorre as pretensões dos reclamantes.

IV - Fundada no art. 988, II, do Código de Processo Civil de 2015, a reclamação não se destina a dirimir divergência jurisprudencial entre o acórdão reclamado e precedentes do STJ. Sua função é garantir a autoridade da decisão proferida pelo STJ, em um caso concreto, que tenha sido desrespeitada na instância de origem, em processo que envolva as mesmas partes, que não é o caso dos autos. Nesse sentido: AgInt na Rcl n. 36.535/PE, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 13/3/2019, DJe 22/3/2019; AgInt na Rcl n. 31.875/MG, Rel. Ministro

Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 14/12/2016, DJe 19/12/2016; AgInt na Rcl n. 36.827/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 12/6/2019, DJe 18/6/2019.

V - Note-se, por outro lado, que o cerne da irresignação manifestada pelos reclamantes não reside na interpretação dada pela Corte de origem à norma que reconhece o direito aos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, mas na defesa da tese de que o depósito realizado em juízo pela parte devedora não se equipara a pagamento voluntário, para os efeitos do art. 475-J do CPC/73 e, consequentemente, da aplicação do entendimento firmado no REsp n. 1.134.186/RS.

VI - Assim, de qualquer modo, não se configura a alegada dissonância interpretativa que pudesse ser invocada a pretexto de suposta afronta à autoridade de decisão desta Corte ou de possível inobservância de precedente julgado sob o rito dos recursos repetitivos, como fundamento para o pedido reclamatório. Nesse sentido: AgRg na Rcl n. 15.807/GO, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 22/3/2017, DJe 17/4/2017; AgRg na Rcl n. 15.678/AP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 12/3/2014, DJe 18/3/2014).

VII - Ademais, os reclamantes relatam que interpuseram recurso especial contra o acórdão proferido no aludido agravo de instrumento, e que aquele recurso foi inadmitido na instância de origem com base no art. 1.030, I, b, do CPC/2015, em razão de estar o acórdão recorrido em consonância exatamente com o precedente desta Corte apontado como paradigma nesta reclamação, ou seja, no REsp n. 1.134.186/RS.

VIII - Ocorre que há nesta Corte o entendimento de que a reclamação constitucional não se presta a substituir o recurso especial. Nesse sentido: AgInt na Rcl n. 36.151/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 12/6/2019, DJe 1º/7/2019.

IX - Agravo interno improvido."

(AgInt na Rcl 38.236/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 28/10/2019)

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE TESE FIRMADA SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ACÓRDÃOS COTEJADOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRECEDENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1. No caso, as reclamantes, ora agravantes, alegam que o acórdão estadual adotou interpretação divergente do entendimento assentado por esta Corte no julgamento do REsp n. 1.134.186/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, em que foi reconhecida a possibilidade do arbitramento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, desde que escoado o prazo para pagamento voluntário do débito.

2. Ocorre que, segundo a conclusão firmada pelo Tribunal de origem, a tese fixada no precedente qualificado foi observada, porquanto, a despeito do trânsito em julgado da decisão proferida em impugnação, o levantamento do depósito realizado nos autos tem sido autorizado em favor do poupador, o que configura pagamento tempestivo da dívida.

3. A pretexto de garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo, o que se constata é que a reclamação foi utilizada como sucedâneo recursal, a fim de obter o rejugamento da causa, a partir do reexame das premissas fáticas assentadas pela Corte local.

4. Ademais, "o desdobramento da atividade cognitiva no processo coletivo em duas fases, uma, de precípua cognição, promovendo o acertamento do núcleo homogêneo do direito coletivo, e a outra, de necessária cognição, conduzindo a satisfação individual e heterogênea do direito, diferenciam, completamente, a fixação de honorários advocatícios na impugnação do cumprimento de sentença ordinária e na liquidação da sentença coletiva" (AgInt na Rcl n.

36.436/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 15/3/2019). 5. Agravo interno desprovido."

(AgInt na Rcl 36.855/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/05/2019, DJe 31/05/2019)

Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial da reclamação, com fundamento no artigo 34, XVIII, do RISTJ.

Prejudicada a análise do pedido liminar.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator